

# LITERATURA E HISTÓRIA NA INVENÇÃO DO BRASIL

## Literature and History at the Invention of Brazil

### Literatura y historia en la invención de Brasil

Almir Antonio de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo busca no período de invenção e emancipação política do Brasil, nas clivagens entre história e literatura e na análise crítica de algumas ficções que se constituem como manifestações estéticas e sociais da cultura, realizar uma breve perspectiva dentro da historiografia literária brasileira na compreensão da identidade nacional e seu projeto excludente gestado pelas elites escravocratas.

**Palavras-chave:** Brasil. História. Literatura.

**Abstract:** The study aims in the period of invention and political emancipation of Brazil, in cleavages between history and literature and in the critical analysis of some fictions that are constituted as aesthetic and social manifestations of culture, accomplish a brief perspective in the Brazilian literary historiography in the understanding of national identity and your exclusion project gestated by on the elites owners of slaves.

**Keywords:** Brazil. History. Literature.

**Resumen:** Estudio sobre el periodo de la invención y de la emancipación política de Brasil, centrándose en las divisiones entre la historia y la literatura. Análisis crítico de algunas obras ficcionales que se constituyen como manifestaciones estéticas y sociales de la cultura de Brasil. El objetivo es llevar a cabo un breve panorama de la historiografía literaria brasileña sobre la identidad nacional y del proyecto excluyente gestado por las élites esclavistas nacionales.

**Palabras clave:** Brasil. Historia. Literatura.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Centro-Oeste.

## INTRODUÇÃO

A América Portuguesa, durante os anos de 1792 a 1822, paradoxalmente convive com o surgimento de uma nação chamada Brasil, e tem seus momentos críticos de rupturas e descontinuidades: a emancipação política e a crise do sistema escravista. Nesse contexto, procuro abordar por entre o texto literário, o texto histórico, e nestas fronteiras redesenhar o quadro das crises e emergências dos acontecimentos que cercam a nação e a construção da identidade nacional. Utilizando para isso de fragmentos históricos e literários que possam compor o mosaico do que um dia pode ter acontecido.

A investigação que apresento tenta verificar diferentes linhagens discursivas, procurando dar respostas às inúmeras questões que povoam nossas mentes no que se refere à nacionalidade brasileira. Numa breve visita à gênese da nação brasileira, da Inconfidência Mineira, a emancipação política por conta da vinda da família real ao Brasil e a opção pelo Príncipe Regente, evitando assim a rebelião dos negros, busco compreender o processo de emancipação política do Brasil e seu projeto de nação gestado pelas elites escravocratas, em que as relações de exclusão permaneceriam como continuidades. A História e a Literatura neste contexto fazem parte de um mesmo amálgama, compondo o mosaico da invenção e construção de uma nação que se afirmava com uma profunda desigualdade social.

O primeiro ponto traz uma breve discussão entre as fronteiras de História e Literatura, a partir da análise de Joaquim Maria Machado de Assis e uma reflexão com outros renomados autores acerca do tema. No segundo ponto apresento uma reflexão do envolvimento das autoridades coloniais e o processo de controle, domínio e expulsão dos pobres e indesejáveis na constituição de uma identidade

nacional, nas obras literárias de Tomás Antonio Gonzaga, *Cartas Chilenas*, e *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida. A terceira e última parte do artigo faz uma breve discussão com o *Bruxo do Cosme Velho* - Machado de Assis, com a crônica machadiana e a emancipação política brasileira e a identidade nacional.

O Brasil inventado pelas elites imperiais possuía uma economia baseada na produção agrícola e na exportação para o mercado mundial, dependente de recursos estrangeiros, explorando a mão de obra barata, a identidade nacional se fazia por cima, e dentro desta nacionalidade é que transitavam as especulações de um Bruxo como Machado de Assis, por meio do jogo das palavras revelava metaforicamente as nuances de uma nação que nascia de mãos dadas com a exclusão dos pobres, escravos e outros indesejáveis.

## DUAS DAMAS ELEGANTES: A LITERATURA E A HISTÓRIA

Mais dia, menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, à câmara, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias. E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar. (ASSIS, 1877)

Machado de Assis, em seus textos, frequentemente por meio de uma sofisticada

ironia, fazia um jogo reflexivo com uma dama loureira – a História, como ele a chamava nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (ASSIS, 2001). Na crônica publicada na *Revista Ilustração Brasileira*, um dos muitos periódicos em que trabalhou, da qual retirei a epígrafe acima, com sua argúcia sintomática de costume, consegue indicar as diferenças entre a história contada e o ofício de historiador, e comparava o trabalho de historiador ao contador de histórias. Em outra crônica, Machado, a respeito de poetas e historiadores que fossem emitir seu parecer sobre a origem de um reinado, diria que “[...] a diferença é que os poetas diriam a coisa em verso, sem documentos, e os historiadores dila-iam em prosa com documentos.” (ASSIS, 1994, p. 79). Nas *Memórias Póstumas*, Machado de Assis trabalha a questão histórica em vários lances, em um deles a chama de Dama elegante, em outro, de dama loureira. Machado de Assis abre a discussão para que se possa pensar nos poetas e a história crítica que procura uma aproximação mais plausível daquilo que aconteceu. Por outro lado, não é impossível pensar que o passado não é mais nada, o momento anterior é uma fumaça, uma névoa, um fantasma que passa a ser desejo de retorno ao mundo por meio das mãos e mentes do contador de histórias, mas não se retira também do ofício do historiador. Pelo menos a presença de fontes que possam dar cientificidade ao objeto, bem como a pesquisa, que sem ela o trabalho de investigação histórica não existe, podendo aí servir apenas a contistas e suas fábulas, mas isto não impede de ao poeta também contar sua plausibilidade a respeito da verdade histórica.

O caminho entre a história e literatura está cada vez mais repleto de teorias que as ligam aos nós dessa união. Roland Barthes diria que

[...] por detrás do passado simples, esconde-se sempre um demiurgo, deus ou narrador; o mundo não fica inexplicado quando o narram; cada um de seus acidentes é apenas circunstancial. (BARTHES, 1974, p. 134)

Na poética, Aristóteles já diria que não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso e prosa, e ainda que ao poeta lhe aconteça fazer uso de sucessos reais, nem por isso deixa de ser poeta, porque ele é poeta pela imitação e porque imita ações (ARISTÓTELES, 1984, p. 209). Entre Homero e sua *Ilíada* e a *História* de Heródoto, não seria apenas uma questão de verso e prosa, mas de pesquisa e investigação, de mitos e fábulas. Penso que os historiadores como os literatos produzem semelhanças, mas a cientificidade histórica da realidade da América Portuguesa requer um método que se por um lado tenta fugir de um positivismo anacrônico, acaba o tendo como reticente. O texto literário tem sido considerado na pesquisa histórica um documento em potencial, como tematiza Nicolau Sevcenko:

A criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas pelas referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa repletas das mais variadas significações, e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção. (SEVCENKO, 1983, p. 246).

O início desse século assiste no palco da história à reentrada em cena de um ator que nunca esteve ausente: a narrativa. Dessa forma, revitalizam-se novos intelectuais

cansados de propostas metodológicas únicas e fechadas, e nesse contexto temos a reabilitação da historiografia literária. Pensar a obra literária como ficção e como uma das possibilidades de representação do real, na aproximação entre História e Literatura, na medida em que nenhuma história é o real, mas pelo contrário, o seu discurso é que vai permitir o seu entendimento dentro das formas e significados a ele conferido. Sidnei Chalhoub diria que

[...] é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverência, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la; submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico. (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7).

Ficção e história realmente são partes de um jogo muito tênue. Como a teia que balança ao vento sem, contudo, romper-se. Aquilo que não existe mais - o momento anterior - deixa de ser matéria, passa apenas a ser memória. É em cima dessa memória que historiadores se debruçam buscando reconstituir aquilo que por não existir mais, só pode ser mesmo ficção, e cabe a esses investigadores da sociedade buscar o lampejo no momento em que se fez a luz, para que ficção possa então ser História. Este jogo só pode ser estabelecido enquanto o buscar do historiador exista, pois que a verdade absoluta é no mínimo proibitiva, de algo muito especial - liberdade. Nesse sentido não se apreende mais o que deixou de existir, mas procura-se ao menos, chegar o mais perto possível da plausibilidade, de uma reconstituição que retire as máscaras, deixando nuas as incompreensões dos homens para consigo mesmo e com sua existência. É uma região

de fronteiras, mas que consegue ainda estabelecer diferenças. Diferenças estas que colimam no objetivo científico pretendido por alguns historiadores, que não pode deixar de ser pensado por outras vias possíveis, numa história que também não passa de registro escrito e como tal a mercê da linguagem, presos todos nas amarras da estética inclusive a literatura. Daí resultando o devir e a possibilidade de abertura a outros caminhos analisar melhor o quanto vale o peso da ciência, o quanto o conhecimento do mundo e de como a humanidade chega até o presente, pode ser decididamente pensado e idealizado através dos dogmas e teorias científicas.

A História e a Literatura na análise que desenvolvo fazem parte de um mesmo amálgama, compondo o mesmo mosaico da invenção e construção de uma nação chamada Brasil que se afirmava com uma profunda desigualdade social arrastando sua carga intensa até os dias atuais. Neste caminho aberto é que pretendo conduzir a narrativa, isento dos centralismos, longe da pluralidade como elogio à ingenuidade, subindo a montanha dos papéis que podem compor o conhecimento que necessito para compreender a nação e a nacionalidade brasileira, para que na descida já esteja livre do peso das unicidades sem saída, e das aberturas que a tudo acolhem, levando comigo a possibilidade de ter encontrado alguma ficção e outras histórias.

Entre essas senhoras intrigantes - Literatura e História - é que a textualidade das fontes literárias pode ser interpretada, buscando captar o texto e as impressões frente às inúmeras transformações políticas e sociais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira, mudanças essas insufladas pelos ventos que sopravam da França e sua Revolução. Das Cartas Chilenas escritas por Tomás Antonio

Gonzaga no tempo da Inconfidência Mineira, aos dias do Brasil Joanino de Memórias de um Sargento de Milícias, de autoria de Manuel Antonio de Almeida, acompanhado adiante essa perspectiva.

## **ERA NO TEMPO DO REI.<sup>2</sup> AS CARTAS CHILENAS E AS MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS**

Existem épocas e tempos, existem também eras e períodos. Muito do que permanece para as sociedades humanas, desses tempos, épocas, períodos e eras, são registros escritos, e entre eles o registro literário, como os romances, os contos, os poemas e crônicas que marcam um chão histórico, fertilizando-o de informações e possíveis caminhos que possam compor de forma razoável o mosaico do que um dia aconteceu. Eram dias quentes os que agitavam a pena de um poeta enigmático na Vila Rica do Brasil colonial, um tempo em que as minas de ouro e diamante das minas gerais ainda produziam algo que pudesse ser mandado para a metrópole - Portugal, e desse tempo dos mandantes e seus desmandos na colônia é que *As Cartas Chilenas* circularam por estas bandas por entre os anos de 1788 e 1789. Elas eram em número de treze e foram compostas em forma de versos decassílabos brancos. Quem as assina é Critilo, que as endereça a um amigo Doroteu. Por muitos anos a autoria das cartas foi alvo de muitos pesquisadores brasileiros. Atualmente é aceita a tese de Rodrigues Lapa que por trás do pseudônimo Critilo o verdadeiro

---

2 Era no tempo do Rei, é a expressão que dá início ao romance de Manuel Antonio de Almeida – Memórias de um sargento de milícias. As memórias são um retrato do Brasil Joanino, onde os principais personagens pertencem a uma história do cotidiano no início do século XIX; uma figura central na trama é o Major Vidigal, que historicamente é anotado como o fundador das polícias militares brasileiras.

autor seria Tomás Antonio Gonzaga, um dos que pertenciam ao chamado grupo mineiro que era contrário à política de corrupção do governador Luís da Cunha Meneses. Após a prisão dos membros do grupo as cartas não mais circularam.

O jogo paródico do autor é intermediado por Critilo, o pseudônimo utilizado por Tomás Antonio Gonzaga, enquanto que por trás da figura do Fanfarrão Minésio, o governador da capitania é o verdadeiro alvo das críticas. Tomás Antonio Gonzaga, o autor, se utiliza do subterfúgio de se localizar em Santiago e dali manda para Doroteu, no Brasil, as Cartas Chilenas, como se falasse realmente sobre Santiago e o Chile, e por trás estaria mesmo falando de cartas bem brasileiras, a falar dos desmandos do governador da capitania das Minas Gerais. Os que pertenciam ao chamado grupo mineiro fazem parte de um contexto que ficou conhecido como Inconfidência Mineira, transformada em páginas heroicas de nossa história por ocasião da proclamação da República em 1889, um século depois das Cartas Chilenas circularem por Vila Rica (atual Ouro Preto); em que a história transformada em dama elegante e loureira - como dizia Machado de Assis - buscava heróis para o novo momento que se criava, o momento republicano, na tentativa de criar uma possível gênese, ou seja, buscar a primeira tentativa de separação do Brasil para tornar-se uma república, daí a Inconfidência Mineira (Cf. CARVALHO, 1998). A História tradicional (a Loureira de Machado) analisa a inconfidência como a primeira manifestação do sentimento nativista, o sentimento de amor à terra natal. Hoje, evita-se falar ingenuamente em sentimento nativista, porque esta expressão tem um cunho romântico e passa a noção de que os brasileiros lutavam por amor à nacionalidade. As lutas se deram devido a interesses específicos e localizados.

Nunca em nome de uma visão de pátria ou de nacionalidade que ainda não existia.

O clima de tensão foi muito mais em torno de interesses, principalmente quando um clima de revolta tomou conta das camadas mais altas da sociedade mineira, quando o governador da capitania, o Visconde de Barbacena, anunciou que haveria uma derrama, ou seja: haveria uma nova cobrança forçada dos impostos atrasados. Importantes membros da elite econômica e cultural de Minas começaram a se reunir e a planejar um movimento contra as autoridades portuguesas. Gente rica que não queria os impostos cobrados abusivamente pela Metrópole. Gente culta que tinha estudado na Europa o pensamento liberal dos filósofos franceses e inspirava-se em alguns ideais da independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789).

Alguns dos principais inconfidentes foram Cláudio Manuel da Costa, Inácio de Alvarenga Peixoto (minerador e latifundiário) Tomás Antonio Gonzaga (poeta e jurista). Apenas um dos inconfidentes era possuidor de pequenas posses, Joaquim José da Silva Xavier - Alferes e dentista. É certo que os inconfidentes do grupo mineiro não pertenciam às classes pobres, mas o relato em versos deixado pelo ácido Critilo espelha alguns aspectos da situação de um período. Na carta 5ª Em que se contam as desordens feitas nas festas que se celebraram nos desposórios do nosso sereníssimo infante com a sereníssima infanta de Portugal. Critilo comenta a Doroteu acerca dos desvios e gastos excessivos no auge da extração de ouro e os desvios que se prolongam até as festas em 1785, ano em que casavam o infante João VI e Dona Carlota Joaquina, tempos já do esgotamento das Minas, de muitos impostos, de um reaparelhamento das forças militares, mas ainda de contínua má administração dos

gastos públicos, que permaneciam abusivos e corrompidos em sua estrutura:

Enquanto, Doroteu, a nossa Chile,  
em toda a parte tinha, à flor da terra,  
extensas e abundantes minas de ouro;  
enquanto os taberneiros ajuntavam  
imenso cabedal, em poucos anos,  
sem terem, nas tabernas fedorentas,  
outros mais sortimentos que não fossem  
os queijos, a cachaça, o negro fumo  
e sobre as prateleiras poucos frascos; [...] então, prezado amigo, em qualquer festa tirava, liberal, o bom Senado,  
dos cofres chapeados grossas barras.  
(GONZAGA, 1995, p. 78)

A festa a que se refere Critilo foram os gastos excessivos com a comemoração na colônia do casamento do infante Don João com a infanta Dona Carlota Joaquina. Por esses tempos, para a manutenção de tantos desmandos e corrupção, o regime que se estabelecia era sempre obviamente de força; de um lado o trabalho escravo, de outro os regimentos de soldados e as milícias, estas últimas por sua vez uma pré-história das atuais polícias militares.

No século XVIII, as milícias já com o nome próprio *libertas* da confusa sinonímia das ordenanças, ocupam o lugar de forças brasileiras, braço longo dos governadores, ao lado e sob o comando da tropa regular (FAORO, 2000, p. 216).

As milícias foram parte básica da integração do colono ao território, eram a elas que negros e índios se submetiam, foi a força principal do poder de mando dos senhores portugueses, conjuntamente é claro com o que as tropas regulares, ou as forças de 1ª linha. Eram elas também que ofereciam caminhos para muitos pobres da colônia, ou apenas o único, embora as chances de

fazer carreira eram abertas ao quanto você pudesse pagar por elas. Com algumas moedas se compravam promoções. Os governos de Minas Gerais - e, entre todos, o padrão será Cunha Meneses, o 'Fanfarrão Minésio' das Cartas Chilenas - formavam batalhões e mais batalhões. A capitania via-se militarizada de alto a baixo (Cf. FAORO, 2000, p. 218). O ácido Critilo nas Cartas Chilenas denunciava essa venda de galões. Esse dispositivo atingia assim uma dupla função, arrecadava mais para o governo e ao mesmo tempo agradava uma burguesia em ascensão, ou seja acalmava futuras rebeldias.<sup>3</sup> Ainda nas palavras de Raimundo Faoro:

[...] brancos e pardos conquistavam patentes e honras, insuflado, com a farda, o sentimento de obediência à autoridade. Além disso, as patentes - ao que murmura o ácido Critilo - enchiam os bolsos do governador e da sua pequena, postiça e autoritária corte (2000, p. 219).

Assim existiam alguns caminhos e este era a via militar, e tal fizera Joaquim José da Silva Xavier - O Tiradentes, mas depois da prisão por conspiração e traição à Metrópole, foi o único condenado ao suplício, afinal, dos condenados era o mais pobre. O suplício seguido de morte de Joaquim José da Silva Xavier em dia 21 de abril era a forma de punir na época, eram tempos de rupturas e crise econômica; o ouro e diamante findavam. O Alferes foi supliciado enquanto a tropa em uniforme de gala a tudo assistiu. Os inconfidentes mineiros, segundo o depoimento de Tiradentes, almejavam a independência, que este país podia ter; que

3 Machado de Assis em *Pápeis Avulsos* escreve um conto chamado *Verba Testamentária*, onde o personagem central, Nicolau, quando criança investe contra um menino e rasga a sua farda de alferes, posto que seu pai comprara do vice-rei, o conde de Rezende que precisava angariar fundos para a construção de um cais.

se fizesse uma República, e ficasse livre dos governos que só desejavam extrair riquezas. O objetivo dos conjurados baianos era o estabelecimento de

[...] um governo democrático, livre e independente, pois convinha que todos se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância. (NOVAIS, 1986, p. 170).

O Alferes era de milícia, como certo sargento também de milícias que iria figurar como herói às avessas no romance de Manuel Antonio de Almeida, às margens da emancipação política da colônia portuguesa em terras americanas; creio que é suficiente pensar como as milícias coloniais se formam, suplantam as antigas ordenanças e transformam-se gradativamente em principal aliado das forças chamadas de primeira linha na manutenção do chamado unionismo, que iria se estabelecer no século XVIII. Unionismo que chegaria ao fim do século XVIII como base ainda da manutenção dos mecanismos de coerção e criação dos sujeitos disciplinares, da docilização, dos homens cordiais e alegres, enfim o quente, voluptuoso, lascivo e pouco afeto as discussões científicas, políticas e filosóficas - o brasileiro. O fim do setecentos assinala, desde 1500, trezentos anos de colonização, em que a espinha dorsal da colônia foi a organização militar, elemento da ordem e da disciplina, auxiliar na garantia dos tributos e privilégios de classe a garantir a continuidade das mesmas instituições, o genocídio do gentio e a manutenção do escravismo. A ordem militar que em dias de suplício de humanos se veste de uniforme de gala. Como no dia em que o Alferes de Milícias encontrar-se-ia com a guarda real, os chamados dragões em seu uniforme de gala, para cumprir os desejos de sua rainha,

Maria, a louca. Era o ano de 1792, ano em que na França a monarquia chegava ao fim, para iniciar a experiência republicana insuflada pelos ventos revolucionários de 1789.

Se o final do século XVIII assistiu Às Cartas Chilenas e ao suplício público do Alferes Tiradentes em Vila Rica, o casamento de João VI e Carlota Joaquina, em Portugal, a tomada da Bastilha e a Revolução Francesa, em Paris, essa trazendo no bojo os arquétipos de nação, nacionalidade e os símbolos necessários para sua legitimação (Cf. HOBBSAWM, 1997); o início do século XIX assistiria Napoleão Bonaparte transformar a massa revolucionária francesa em um exército de cidadãos, um exército revolucionário (tática já utilizada por Roma na antiguidade, embora os romanos incorporassem a ideia de cidade-estado enquanto os franceses a de um estado-nação) que varreria a Europa. Portugal não escaparia da tempestade invasora dos franceses. A família real portuguesa encabeçada por El Rei João VI e Carlota Joaquina, conjuntamente com uma imensa corte, lotaria navios fugindo dos exércitos napoleônicos. Em seu lugar, assumiriam os militares da Inglaterra, que mais tarde (como hoje se sabe, já que o Brasil é que pagou a conta) cobraria muitíssimo caro a defesa do território português. O refúgio da família real foi sua principal colônia além-mar, do outro lado do Oceano Atlântico; de onde exploravam e extraíam as riquezas necessárias que geravam o seu mundo civilizado.

Na principal colônia portuguesa além-mar, após a vinda da família real em fuga aos exércitos napoleônicos, as diferenças entre ricos e pobres permaneceram inalteradas ou pelo contrário, teriam aumentado. A construção de uma nação que mantivesse a estabilidade das diferenças entre o luxo e o lixo, entre o viver e o sobreviver seria parte de um contexto em que a noção de nação seria articulada como algo inerente à própria

humanidade – um dogma histórico. Iniciava-se o período Joanino na administração da América Portuguesa e inventava-se um Brasil. O inquietante é pensar como isso acontece em uma terra de senhores de engenho, donos da vida e morte dos escravos. A constituição da nação não seria obra da vinda da família real à América Portuguesa, mas seu ideário básico estava lançado, sua diretriz principal, a da manutenção do sistema escravocrata e das desigualdades sociais (SKIDMORE, 1998). A adaptação do escravismo ao liberalismo não foi difícil, afinal havia um exemplo marcante – a servir de espelho –, os Estados Unidos da América, liberal e escravocrata.

Essa dualidade do liberalismo aplicada ao sistema escravocrata brasileiro foi discutida por Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização*:

Até meados do século, o discurso, ou o silêncio de todos, foi cúmplice do tráfico e da escravidão. O seu liberalismo, parcial e seletivo, não era incongruente: operava a filtragem dos significados compatíveis com a liberdade intra-oligárquica e descartava as conotações importunas, isto é, as exigências abstratas do liberalismo europeu que não se coadunassem com as particularidades da nova nação (BOSI, 1992, p. 217).

A vinda da família real encetaria um novo momento. Num lampejo de ato talvez inconsciente, a elite latifundiária dos senhores da Casa Grande e Senzala teria seu momento, criando e ajudando também a inventar e construir uma nação.

Levando-se em consideração que o eixo do modelo agroexportador deslocava-se para o Sudeste em detrimento do Nordeste, pode-se inferir que esta nação tinha um contorno obnubilado, porém quase visível: o dos senhores plantadores de café – que viçava

no Rio e São Paulo – substituindo o ciclo do açúcar e do ouro da época colonial.

Para a nação que se inventava com a vinda da família real foi projetada sua guarda pessoal. Afinal, a proteção da elite que detém o poder por parte de um grupo de pessoas que se vestem iguais, obedecem a ordens e lutam pelos ricos e poderosos é a alternativa mais antiga que se terá notícia. As polícias da sociedade são inerentes a ela na medida em que se estrutura o poder e torna-se urgente colocar o paracheque necessário para separar os indesejáveis das elites que se colocam no ápice das ditas sociedades constituídas. A historiadora Leila Mezan Algranti descrevia da seguinte forma esse momento de afirmação do aparato policial para tão nova nação:

Durante a época de Dom João VI, a polícia do Rio de Janeiro teve oportunidade de se estruturar e de compor seu quadro administrativo e policial. Além das rondas, fundou-se a Guarda Real de Polícia, aumentou-se o número dos regimentos de cavalaria e milícias e reformaram-se as prisões. Por volta de 1815, a intendência já contava com certa organização e estava mais firmemente incorporada ao sistema, o que contribuiu sem dúvida para seu melhor desempenho e competência em tratar com a população negra e controlar suas ações. Esses fatos, aliados ao crescente fluxo de africanos para a corte, estão intimamente ligados às mudanças no comportamento, tanto dos escravos como dos agentes de fiscalização da cidade. Nos anos que se seguiram à chegada da família real do Rio de Janeiro, a polícia atingiu seu ponto alto em termos profissionais e em organização (ALGRANTI, 1988, p. 187).

Leila Mezan Algranti centra seu estudo na posição do escravismo na era Joanina. Já na obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, Manuel Antonio de Almeida (1997),

ao retratar o Brasil Joanino, omitiria do cotidiano do início do século XIX na cidade do Rio de Janeiro a oposição entre – o escravo e o senhor. Antonio Candido considera assim essa elisão:

Na sociedade parasitária e indolente que era a dos homens livres do Brasil de então, haveria muito disto, graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras com outras formas de violência. Mas como ele visa ao tipo e ao paradigma, nós vislumbramos através das situações sociais concretas uma espécie de mundo arquetípico da lenda, onde o realismo é contrabalançado por elementos brandamente fabulosos: nascimento aventuroso, nomes tutelares, dragões, escamoteação da ordem econômica, inviabilidade da cronologia, ilogicidade das relações. Por isso tomemos com reserva a idéia de que as *Memórias* são um panorama documentário do Brasil Joanino; e depois de ter sugerido que são antes a sua anatomia espectral, muito mais totalizadora, não pensemos nada, e deixemo-nos embalar por essa fábula realista composta em tempo de *Allegro Vivace* (CANDIDO, 1972, p. 47).

Na anatomia espectral de Antonio Candido encontra-se uma das figuras deste espectro – o Major Miguel Nunes Vidigal, ou simplesmente Vidigal, a figura central a encimar a ordem de um mundo em desordem do romance de Manoel de Almeida. Assim, por meio do Major Vidigal resta à elisão do escravo e do senhor e, portanto de uma visão de classe dominante, a permanência de seu elemento de proteção – a polícia. Aquela que ordena as normas fiscaliza os homens, permite ao aparelho estatal inventar o sujeito disciplinar. Assim, onde se separam e unem as discursividades entre história e literatura o Major Miguel Nunes Vidigal aparece como a figura que representa essa polícia, e que apesar

de secundar o Tenente Coronel José Maria Rabelo no comando da recém-criada Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, pelo Decreto de 13 maio 1809, é verdadeiramente seu comandante e organizador. O escravo não aparece, e até não é necessário, pois a figura de Vidigal arrasou quilombos do Morro do Desterro (hoje Santa Teresa), prendeu capoeiras, encarnou a própria defesa dos direitos constituídos pela ordem do rei e das elites comerciais e latifundiárias, impedindo ou ajudando a impedir a revolta dos negros, como havia acontecido no Haiti com o consequente extermínio da população branca dominante.

A polícia e seu segmento fardado foi uma das armas de defesa criada por D. João VI na invenção de uma nação excludente e que atravessaria todo o império. Em 1831, o Regente Padre Diogo Antônio Feijó criaria a Guarda Nacional – uma espécie de exército particular de fazendeiros, os proprietários da terra chamada Brasil – e os corpos de Guardas Municipais Voluntários. Desta forma, os outros Brasís possíveis que marcaram esse período com as inúmeras tentativas de fragmentação seriam implodidos pelas forças militares da nação una e indivisível, e paradoxalmente de projetos sempre excludentes. A lei n. 3216, de 03 de Janeiro de 1917, transformaria os Policiais Militares em Forças Auxiliares do Exército e em condições semelhantes a esse. Ficava assim completado um ciclo. Da Monarquia à República, a consolidação do aparato policial militar. A lei vinha coroar as ações decisivas destes aparatos frente aos conflitos e tensões da 1ª República, como a Guerra do Contestado, em que os regimentos de polícia de Santa Catarina e do Paraná conjuntamente com os homens do exército executariam um tipo de estratégia militar até hoje impronunciável – a guerra de extermínio (Cf. QUEIROZ, 1966).

Mas, volto à época do *Rei* e ao Brasil inventado e às memórias de um Sargento de milícias. As aventuras e desventuras do filho rejeitado de Leonardo, o meirinho, cujo nome foi a única coisa que herdara do pai. Leonardo se configura como um típico malandro das ruas. Também não é totalmente abandonado, tendo sempre alguém que toma seu partido. Ele ainda desafia seus superiores, como o mestre de cerimônias e o Vidigal. Por fim, Leonardo não encontra um destino negativo, pois se casa com o objeto de sua paixão (Luisinha), e ingressando nas fileiras da Guarda Real de Polícia, através do major Vidigal, vira Sargento de milícias ao final do livro. Entre a ordem e a desordem, Manuel Antonio de Almeida revela as condições sociais no Brasil Joanino. A Ordem encarnada pelo Major Vidigal, a desordem das ruas vitalizada na figura arquetípica do malandro Leonardo, a ser mapeada pelas exclusões próprias a sua época, nas palavras do autor... Era no tempo do Rei.

## **UM BRUXO NA NAÇÃO E A “INDEPENDÊNCIA” DO BRASIL**

A nação das elites encontraria na segunda metade do século XIX uma voz sutil, irônica. A voz de uma pena voraz que mexeu com as tintas e se transformou na esfinge que disse então ao Brasil das elites ávidas o sempre citável enigma: Decifra-me ou devoro-te! Era o enigma que estava lançado para as gerações seguintes por Joaquim Maria Machado de Assis – o Bruxo do Cosme Velho, assim chamado pelo Poeta Carlos Drummond de Andrade, no poema intitulado *A um bruxo, com amor*. Em 1876, Machado publicava a 15 de setembro, dias depois da data comemorativa da independência, 07 de setembro, uma crônica em que, com sua costumeira galhofa sardônica, comentava a reclamação contra essa lenda de meio século

(o 'Grito do Ipiranga' à margem do riacho do Ipiranga, onde Dom Pedro teria exclamado o seu 'independência ou morte'), publicada na *Gazeta de Notícias* por um ilustre amigo paulista, que dizia que não houvera nem grito nem Ipiranga, que houve resolução do príncipe Dom Pedro, mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Concluía de forma corrosiva o Bruxo do Cosme Velho:

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico (ASSIS, 1994, p. 141).

Nas palavras do bruxo, o mais sumário, bonito e mais genérico iria compor a lenda, que é sempre necessária à identidade nacional. É só pensar como as gerações deste final de século, mesmo que excluídas de um processo de cidadania, aprenderam a ver e ouvir os símbolos da pátria, o grito do Ipiranga, a bandeira nacional e outras alegorias, quase sempre como mitos irrefutáveis imanentes à condição de brasilidade. Essa nação chamada Brasil, que até independência teve, independência esta que atualmente já pode ser vista por uma historiografia crítica como a de Emília Viotti da Costa:

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cuja base era o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. [...] a presença do herdeiro da casa de Bragança no Brasil ofereceu-lhes a oportunidade de alcançar a Independência sem recorrer a mobilização das massas (COSTA, 1987, p. 17).

Com relação a esta Independência e a adoção de um líder (D. Pedro I) contra o qual teoricamente estava se lutando, o brasilianista Thomas Skidmore diria ironicamente que

[...] nenhuma outra ex-colônia houvera adotado como seu monarca um membro da família governante do próprio país contra o qual se rebelava. (SKIDMORE, 1998, p. 60).

Assim, tudo indica que emancipação política das elites pouco tem a ver com a independência de um povo à época e ainda hoje impregnado de uma profunda miséria social e pouca compreensão do que afinal vem a ser verdadeiramente o que se chama Brasil.

John Gledson em trabalho sobre o livro de contos *Papéis Avulsos*, publicado em 1882, em relação a identidade nacional nas especulações de Machado de Assis e à independência brasileira fez a seguinte análise:

É preciso dizer, desde já, que eu acredito que aqui, mais do que nunca, as especulações de Machado se centram na questão da identidade nacional que tão frequentemente tem preocupado os intelectuais latino-americanos desde a independência. Não é, evidentemente, uma questão simples: mesmo aceitando provisoriamente a interessante teoria de Benedict Anderson sobre o modo como a identidade nacional das repúblicas latino-americanas foi estabelecida, por intermédio da imprensa local e de grupos da elite burocrática em províncias que mais tarde se tornariam países, ainda assim o Brasil é uma exceção interessante, porque não havia imprensa no país antes da chegada de Dom João VI ao Rio em 1808, e a América Portuguesa não era propriamente uma colônia única, mas sim várias separadas, ligadas diretamente à metrópole, que se uniriam para formar um país. Além disso, o Brasil tornou-se independente não

como república, mas como monarquia constitucional governada por um ramo da família real portuguesa. A identidade nacional brasileira é, assim, um caso especial. Em alguns aspectos talvez fosse mais frágil do que seus vizinhos hispânicos e, de fato, no fim da regência, em 1839, a nação parecia à beira do colapso, com revoltas perigosas no norte e sul do país; não é por acaso que é esta crise fundamental que Machado escolheu para dramatizar em *Casa Velha* (GLEDSON, 1998, p. 16-17).

A identidade nacional brasileira para John Gledson é um caso especial, e não seria tarefa simples compreender a identidade nacional por meio da literatura de Machado de Assis. Porém, é muito interessante verificar o quanto de ímpar tem a emancipação política do Brasil, e o estabelecimento de uma identidade nacional em uma nação que é a única na América que não tornar-se independente como república, mas como monarquia constitucional governada por um ramo da família real portuguesa. Uma colônia que se rebela contra ela mesma, que se faz pelas mãos dos próprios dirigentes, com a saída de tornar o príncipe regente seu imperador, criando um império nos trópicos. A saída talvez para evitar as massas, que eram preponderantemente negras. O Haiti tornara-se independente com a revolta dos escravos e o consequente massacre da população branca. O temor de uma revolta, os interesses portugueses combinados com os dos senhores da Casa-Grande diante de poderosos do açúcar, agora do café, a serem sustentados pelo trabalho escravo, inventaram um império nos trópicos onde os senhores e dirigentes já estavam estabelecidos, tratava-se então de estabelecer uma identidade nacional, que carrega consigo as exclusões, tornando-a invisível e pouco perigosa. *O Atlas da História do Mundo*, pu-

blicado pelo *The Times*, nas suas 320 páginas, traz estas poucas linhas sobre o Brasil:

[...] No Brasil, a independência ocorreu após a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, que se tornou o centro do reino. Recebendo o título de imperador e renunciando ao trono português, Pedro I declarou a independência do Brasil depois que seu pai voltou para Portugal. Esse fato e o temor de uma revolta de escravos permitiu uma continuidade institucional sem mudanças sociais (ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO, 1995, p. 222).

As colônias da América Latina que se emancipavam formavam nações cuja economia baseava-se na produção agrícola e na exportação para o mercado mundial, dependente de recursos estrangeiros, explorando a mão de obra barata. No Brasil a identidade nacional se fazia por cima, e dentro desta nacionalidade é que transitavam as especulações de escritores como Manuel Antonio de Almeida, Machado de Assis e Tomás Antonio Gonzaga cujas obras estudadas neste artigo, por meio do jogo metafórico e paródico, revelavam algumas interfaces e nuances da invenção de uma nação chamada Brasil.

## **ALGUMAS CONCLUSÕES E ALGUMA FICÇÃO**

O texto literário é parte do cabedal de coisas e penduricalhos que compõem as fontes para o ofício do historiador, fazer história é também utilizar-se desses textos como testemunho do que um dia pode ter acontecido. As obras que analisei, com as devidas críticas literárias e contextualizadas me ajudaram a compor o mosaico para perceber algumas nuances, alguma história e ao mesmo tempo alguma ficção da

construção da nação chamada Brasil e a identidade nacional decorrente desse processo. Dessa forma, a abordagem acaba sendo, inevitavelmente, um ataque em algum flanco de nossos objetivos, nossos objetos de pesquisa. Infelizmente, posto que ainda não pertencemos à classe dos demiurgos contemplativos, nossas realizações serão sempre parciais, não se pode dar conta de tudo, é uma quimera. Desta forma, o caminho que percorri determina, em sua essência, não a compreensão da literatura brasileira ou da ficção brasileira, mas apenas de uma pequena parcela, ‘alguma ficção’, escolhas que fiz, segundo as preferências e necessidades da pesquisa. Dentro de uma perspectiva histórica fui à busca de ‘Alguma ficção’. Inserido no mundo da literatura, corri atrás das fontes literárias-documentos históricos, na consecução de minhas finalidades, que

de forma aberta tentam se aproximar de outras histórias. A história aberta a muitas histórias, dentro de uma pluralidade, isenta do trabalho hermeticamente fechado a outros olhares, longe dos centralismos. Na ânsia desesperada de entender o mundo em nosso momento sempre presente, compreender o significado da linguagem, desvendar o mistério da palavra. Foucault, em *As Palavras e as Coisas*, fala do retorno da linguagem ao caminho que conduzia ao lugar indicado por “Nietzsche e Mallarmé quando um deles perguntara: Quem fala? E o outro vira cintilar a resposta na própria palavra.” (FOUCAULT, 1988, p. 399). Como Roland Barthes, ao dizer que com o nascimento da escritura morre o autor e, é o fim do seu reinado (1988, p. 65). Também aqui, o autor já morreu. Voltemos ao texto e à crítica que brilha com o Império do leitor. São novos tempos que se anunciam.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L M. **O feitor ausente**. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, M. A. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ática, 1997.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ASSIS, M. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Publifolha, 1994.

\_\_\_\_\_. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 2001.

**ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.

BARTHES, R. **Novos Ensaios Críticos**. São Paulo: CULTRIX, 1974.

\_\_\_\_\_. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras: 1992.

CANDIDO, A. **Dialética da malandragem**. Jornalivo. São Paulo, n: 8, 1ª quinzena, ago., 1972.

CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas**. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CHALHOUB, S; PEREIRA, L. A. M. (Orgs.). **A História contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COSTA, E. V. **Da monarquia a república, momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense; 1987.

FAORO, R. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol. I. São Paulo: Editora Globo, 2000.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

GLEDSON, J. A história do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis. In: CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. M. (Orgs.). **A História Contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GONZAGA, T. A. **Cartas Chilenas**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SKIDMORE, T. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1983.